



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TARDE

ANALISTA TÉCNICO - DIREITO

PROVA ESCRITA OBJETIVA E DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e duas questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição das respostas das questões discursivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição das respostas das questões discursivas para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e do caderno de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para o caderno de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (*fragmento*)

“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]

Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços. Conseguiu terminar o ensino médio, mas não teve motivação para prestar vestibular ou trabalhar. [...]

Caio representa uma história, mas não a única, de um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. [...] Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no intervalo de 2010 a 2019; nos jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 81%. Nas demais faixas etárias, a taxa não cresceu mais que 30%. Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.

[...]

Entre junho e novembro de 2020, [Guilherme] Polanczyk e outros pesquisadores da USP e do Hospital das Clínicas entrevistaram remotamente 5.795 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões do país para medir os efeitos da pandemia sobre a saúde mental deles. No segundo semestre do primeiro ano de isolamento, 36% apresentaram sintomas de depressão e ansiedade. Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet. ‘A gente sabe que os dados da pesquisa não refletem a realidade das crianças e dos adolescentes mais pobres’, Polanczyk diz. Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos. [...]

[...]

O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil. Com base em estudos americanos, menciona que a geração Z, formada por nascidos a partir de 1995, está mais propensa a ter depressão por ser menos resiliente e não saber lidar com frustrações. [...]

[...]

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/z-de-depressao/>.
Acesso em: 22/07/2022

1

O título “Z de depressão” captura, de forma concisa, a ideia central do texto 1.

Essa mesma ideia é retomada, de maneira mais detalhada, na seguinte passagem:

- (A) “Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena”;
- (B) “Mas então um dos seus tios se matou”;
- (C) “um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros”.

2

A sequência que funciona como título do texto 1 (“Z de depressão”) é um jogo de palavras, isto é, uma espécie de brincadeira linguística.

A força expressiva dessa sequência decorre do fato de que ela:

- (A) rebate, de maneira assertiva, um comentário hostil sobre a saúde mental dos brasileiros;
- (B) esclarece, de maneira irônica, o significado de uma palavra contida no próprio título;
- (C) observa, de maneira casual, uma contradição inerente ao problema relatado;
- (D) evoca, de maneira implícita, uma outra construção da língua portuguesa;
- (E) oferece, de maneira ponderada, uma solução alternativa para um problema social.

3

O texto 1 se estrutura de forma indutiva, organizando-se do particular (parágrafos 1 e 2) para o geral (parágrafos 3, 4 e 5).

Essa mudança do particular para o geral é acompanhada por uma passagem:

- (A) de um modo de organização narrativo-descritivo para um modo de organização expositivo;
- (B) de um modo de organização descritivo-argumentativo para um modo de organização expositivo;
- (C) de um modo de organização narrativo-injuntivo para um modo de organização argumentativo;
- (D) de um modo de organização narrativo-argumentativo para um modo de organização argumentativo;
- (E) de um modo de organização expositivo-argumentativo para um modo de organização descritivo.

4

“Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços.”

Nessa passagem, retirada do texto 1, uma enumeração de elementos é encerrada com vírgula – e não, como seria mais usual, com a conjunção aditiva “e”.

Nesse contexto, a omissão da conjunção aditiva produz o efeito de:

- (A) caracterizar um personagem secundário;
- (B) sugerir uma lista não exaustiva;
- (C) expressar uma opinião implícita;
- (D) enunciar uma proposição autoevidente;
- (E) enfatizar uma posição ideológica.

5

“Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste.”

A passagem acima, retirada do texto 1, mostra que a conjunção “e” pode veicular ideia de conclusão.

Outra passagem do mesmo texto em que essa conjunção apresenta valor conclusivo é:

- (A) “Ele tem 21 anos e mora em Luz”;
- (B) “Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu”;
- (C) “Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos”;
- (D) “Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet”;
- (E) “Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos”.

6

“Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos.”

Nessa passagem, retirada do quarto parágrafo do texto 1, o conector “Ainda assim” indica que a informação subsequente irá contrariar uma expectativa do leitor.

A alternativa em que essa expectativa contrariada está formulada de modo adequado é:

- (A) a geração Z, por ser formada por pessoas atualmente jovens, tenderá a não sofrer problemas de saúde mental;
- (B) pessoas trans, por terem poucas informações sobre a própria condição, são mais vulneráveis a ansiedade e depressão;
- (C) a insegurança alimentar, por ser própria de países em desenvolvimento, tenderá a ser detectada em estudos sobre a realidade brasileira;
- (D) dados de pesquisas, por serem enviesados, tendem a distorcer a realidade;
- (E) pessoas mais pobres, por terem menos acesso à internet, não terão seus problemas econômicos refletidos na pesquisa.

7

“Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.”

A proposta de adaptação dessa passagem do texto 1 em que o trecho em discurso direto está corretamente transposto para o discurso indireto livre é:

- (A) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – “não sobrou ninguém”, conta ele. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (B) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta: “não sobrou ninguém”. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (C) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Quando se deu conta, tomou um susto. Não havia sobrado ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (D) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele conta que não sobrou ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas;
- (E) Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos. Ele contou que não sobrara ninguém. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas.

8

“Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...]”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita, sem modificação do sentido original e sem desvio em relação à norma padrão do português, da seguinte forma:

- (A) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Em função do agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (B) Caio identificou na adolescência, que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Ainda que os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (C) Na adolescência, Caio descobriu que era um homem transgênero, razão pela qual, sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Mesmo os médicos tendo recomendado, ele nunca tratou a depressão, por um longo período de tempo. [...];
- (D) Caio na adolescência, identificou ser um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Não obstante o agravamento do seu quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...];
- (E) Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, o que implicou no crescimento da sua sensação de isolamento. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. [...].

9

“Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.”

Essa passagem, retirada do texto 1, pode ser reescrita de diversas maneiras. A reescritura em que NÃO se verifica nenhum erro relativo ao acento indicativo de crase é:

- (A) Face a esses dados, o governo federal classificou o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque as faixas etárias mais jovens;
- (B) Os dados levaram a classificação do suicídio, por parte do governo federal, como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (C) Em reação a esses dados, o governo federal procedeu à classificação do suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, sobretudo no que se refere às faixas etárias mais jovens;
- (D) Face à informações como essas, o governo federal passou a tratar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens;
- (E) Reagindo as descobertas do Boletim Epidemiológico, o governo federal passou à classificar o suicídio como um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens.

Texto 2

A nova era do divórcio (*fragmento*)

“Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil.” Parece fake news de haters, mas não. Trata-se de um dado histórico. A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pesquisa fez um cruzamento entre informações de censos das décadas de 1970, 1980 e 1990 e dados sobre a expansão do sinal da Globo no país. Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

‘A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV, a funções desempenhadas por mulheres emancipadas e a uma crítica aos valores tradicionais mostrou estar associada aos aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras’, diz a pesquisa. [...]

O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde: 80.573 divórcios consensuais, o maior da série histórica, que é registrada desde 2007.

[...]

Sim, o início desnorteante da pandemia foi o gatilho para um boom de divórcios planeta afora. Motivos para a escalada nas tensões entre casais não faltaram, você sabe: o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office), perrengues financeiros, a necessidade de lidar com as crianças estudando em casa, distúrbios psicológicos (ansiedade, depressão, paranoia...).

[...]

A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de *cada um para o seu lado*. Enquanto, em 2019, pré-Covid, apenas 11% dos que se separaram tinham menos de cinco meses sob o mesmo teto, em 2020 essa porcentagem quase dobrou: foi para 20%.

Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido: casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus. Os parceiros mais longevos já tinham passado por outras crises. Talvez ilesos, talvez feridos. E muitos aprenderam a sair delas juntos.

[...]

Nesta nova era do divórcio, vale um alerta: mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi. Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos. Se você se separou, vale a pena um esforço a mais para manter o bom convívio. Não apenas pelo bem dos filhos – se o casamento produziu crianças. É importante honrar uma história que, em boa parte do tempo, foi partilhada com a pessoa que um dia você amou como se fosse a única.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/a-nova-era-do-divorcio>. Acesso em: 24/07/2022

10

É possível identificar, no texto 2, três blocos estruturais simétricos: um primeiro formado pelos parágrafos 1 e 2; um segundo formado pelos parágrafos 4 e 5; e um terceiro formado pelos parágrafos 6 e 7. Como a organização é paralelística, os primeiros parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 1, 4 e 6) desempenham sempre uma mesma função textual, assim como os segundos parágrafos de cada par (isto é, os parágrafos 2, 5 e 7).

As funções textuais desempenhadas pelos parágrafos 1, 4 e 6, de um lado, e 2, 5 e 7, de outro, estão corretamente caracterizadas, respectivamente, na seguinte alternativa:

- (A) veicular um enunciado irônico e refutar opiniões contrárias;
- (B) estabelecer uma correlação e fornecer a causa subjacente;
- (C) levantar uma hipótese e enumerar suas consequências imediatas;
- (D) caracterizar uma situação e narrar os eventos decorrentes;
- (E) enfatizar um problema e propor uma solução concreta.

11

O texto 2 elenca diversos fatores relacionados ao aumento de casos de divórcio. Esses fatores podem ser divididos em três grupos: *causas indiretas* (ou mediatas), *causas diretas* (ou imediatas) e *facilitadores*.

A alternativa que apresenta, respectivamente, uma causa indireta, uma causa direta e um facilitador é:

- (A) expansão do sinal da Rede Globo, exposição de estilos de vida modernos e encarceramento de ambos os cônjuges;
- (B) encarceramento de ambos os cônjuges, perrengues financeiros e necessidade de lidar com crianças estudando em casa;
- (C) distúrbios psicológicos, falta de experiência com crises prévias e críticas aos valores tradicionais;
- (D) pandemia de Covid-19, encarceramento de ambos os cônjuges e pouco tempo de casamento;
- (E) exposição de funções desempenhadas por mulheres emancipadas, pandemia de Covid-19 e adesão ao home office.

12

O último parágrafo do texto 2 recorre a uma estratégia de construção textual bastante comum em parágrafos de conclusão de reportagens de divulgação científica.

Essa estratégia consiste na adoção:

- (A) do subjuntivo como modo verbal predominante, com o objetivo de relatar eventos hipotéticos;
- (B) de conjunções causais, com o objetivo de estabelecer relações lógicas de causa e efeito;
- (C) de substantivos ligados ao jargão acadêmico, com o objetivo de conferir credibilidade ao texto;
- (D) de um registro fortemente irônico, com o objetivo de provocar surpresa no leitor;
- (E) da injunção como tipo textual primário, com o objetivo de aconselhar o leitor.

13

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.”

Retirado do texto 2, esse fragmento sugere, implicitamente, que a correlação entre aumento do número de divórcios e expansão do sinal da Rede Globo é *insuspeita*.

Essa mesma ideia pode ser flagrada na seguinte passagem:

- (A) “Parece fake news”;
- (B) “Trata-se de um dado histórico”;
- (C) “o número de mulheres que se separaram aumentou”;
- (D) “A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV”;
- (E) “aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras”.

14

“A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de cada um para o seu lado.”

Na passagem acima, retirada do texto 2, o conector “aliás”, ao mesmo tempo em que contribui para a coesão textual, introduz uma sequência que desempenha a função de:

- (A) corrigir um erro;
- (B) estabelecer uma generalização;
- (C) explicitar uma contradição;
- (D) resumir uma explicação;
- (E) avaliar uma proposta.

15

“Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde [...]”

Muitas gramáticas ensinam que o “então” é uma conjunção conclusiva. No entanto, na passagem acima, retirada do texto 2, essa palavra apresenta um uso distinto, que é próprio do registro informal e não costuma figurar nos compêndios gramaticais.

Esse mesmo uso está presente no seguinte exemplo:

- (A) Eu estava meio triste, então resolvi ficar em casa.
- (B) – Você já tem uma resposta pra mim?
– Então... eu já pensei bastante, mas ainda não sei o que responder.
- (C) – Então, vamos?
- (D) Até então, eu ainda não havia tomado uma decisão.
- (E) Se você acha que 50 convidados é muita gente, 100, então, nem se fala.

16

“Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos.”

Essa passagem, retirada do texto 2, apresenta uma marca de informalidade.

A proposta de reescritura em que essa marca é substituída por uma palavra ou expressão mais formal sem que haja alteração substancial de significado é:

- (A) Os primeiros tempos são, em geral, um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (B) Os primeiros anos tendem a ser um período deprimente, de enlutamento mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos;
- (C) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, pactos difíceis e de pisar em ovos;
- (D) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e de pisar em ovos;
- (E) Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos complexos e atitudes cautelosas.

17

Em cada uma das alternativas abaixo, encontra-se, nesta ordem, uma passagem transcrita do texto 2 e uma proposta de reescritura dessa mesma passagem.

Assinale a alternativa na qual, ao mesmo tempo, a passagem transcrita do texto 2 seja ambígua (desconsiderando-se nosso conhecimento de mundo) e a proposta de reescritura apresentada desfaça essa ambiguidade:

- (A) “Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde” / Em 2021, então, bateu recorde o número de casais que oficializaram a separação;
- (B) “Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido” / Analisando esses dados, estudiosos chegaram a uma conclusão que faz sentido;
- (C) “O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21” / O que os estudiosos do BID não poderiam prever, no Brasil do século 21, é o quanto os divórcios aumentariam;
- (D) “[...] o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office) [...]” / o encarceramento de ambos os cônjuges no lar (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office);
- (E) “Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades” / De acordo com os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

18

Embora tanto o texto 1 quanto o texto 2 pertençam ao gênero textual reportagem, o segundo exibe uma linguagem mais informal que o primeiro.

Essa maior informalidade é evidenciada pela presença, no texto 2, de:

- (A) estrangeirismos recentes e marcas de interlocução direta;
- (B) orações subordinadas adjetivas e discurso indireto livre;
- (C) gírias associadas à fala jovem e paralelismos sintáticos;
- (D) frases nominais e abreviações;
- (E) regionalismos e verbos impessoais.

19

Embora os textos 1 e 2 pertençam ao gênero textual reportagem, eles correspondem a subgêneros distintos. Em particular, apenas o texto 2 se qualifica como uma reportagem de divulgação científica.

Um reflexo dessa especificidade é o fato de que apenas o texto 2 inclui metáforas criativas (isto é, inovadoras, não convencionalizadas), como pode ser visto na seguinte passagem:

- (A) “Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil”;
- (B) “A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”;
- (C) “A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020”;
- (D) “[...] casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos calejados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus”;
- (E) “[...] mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi”.

20

“O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil.”

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21.”

Nessas passagens, retiradas respectivamente dos textos 1 e 2, as duas formas verbais sublinhadas se encontram no futuro do pretérito. Apesar disso, é possível observar que esse tempo verbal desempenha funções comunicativas distintas em cada um dos casos.

As funções comunicativas desempenhadas pelo futuro do pretérito nas passagens acima estão corretamente caracterizadas, respectivamente, em:

- (A) expressar ordem ou pedido e enfatizar a noção de desejo;
- (B) marcar polidez no intercâmbio conversacional e indicar que o fato expresso é dependente de uma condição;
- (C) sinalizar incerteza em relação à informação expressa e indicar um evento futuro em relação a um tempo passado;
- (D) exprimir uma verdade atemporal e destacar o caráter improvável de uma condição;
- (E) enfatizar um questionamento e sugerir ausência de comprometimento em relação a uma determinada posição.

Legislação Específica

21

João, servidor público há mais de uma década, ocupante de cargo de provimento efetivo em determinada estrutura de poder no Estado do Tocantins, foi acusado e condenado, em processo administrativo, pela prática de grave infração disciplinar, o que culminou na sua demissão. Irresignado com a demissão, João ingressou com medida judicial buscando a sua anulação, no que obteve êxito, sendo acolhido o argumento de que as provas utilizadas eram nulas.

Considerando os dados da narrativa, deve ser aplicado a João o instituto da:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) reintegração;
- (D) readaptação;
- (E) disponibilidade.

22

Ao analisar a possível competência do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em relação às operações de crédito a serem realizadas pelo Governo do Estado, João concluiu corretamente que essa atuação era não só necessária, como de indiscutível relevância.

Ato contínuo, consultou Pedro a respeito do *iter* procedimental a ser observado e do seu alcance, sendo-lhe corretamente respondido que:

- (A) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer sobre a sua legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (B) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que emitirá parecer sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando-o ao Poder Legislativo para a decisão final;
- (C) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a concretização da operação, o Tribunal de Contas decidirá sobre a sua realização, ou não, considerando a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
- (D) o Governo deve solicitar a análise inicial ao Tribunal de Contas, que decidirá sobre a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da operação, encaminhando a decisão ao Poder Legislativo, que avaliará a sua conveniência;
- (E) após a solicitação encaminhada pelo Governo, ao Poder Legislativo, para a realização da operação, o Tribunal de Contas emitirá parecer apenas sobre a sua legalidade, cabendo ao Legislativo a análise de legitimidade, economicidade e razoabilidade.

23

Joana, recém-ingressa no quadro de servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, analisou o rol de medidas cautelares passíveis de serem adotadas por esse Tribunal, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Em sua análise preliminar, chegou à conclusão de que essas medidas seriam:

- 1. o arresto de bens;
- 2. o afastamento temporário do dirigente do órgão ou entidade;
- 3. a exibição de documentos ou dados e bens; e
- 4. a produção antecipada de provas.

Ao se deparar com as conclusões de Joana, Maria, sua colega de setor, observou, corretamente, que não depende(m) da atuação do Poder Judiciário:

- (A) somente a medida 3;
- (B) somente a medida 4;
- (C) somente as medidas 1 e 2;
- (D) somente as medidas 2, 3 e 4;
- (E) as medidas 1, 2, 3 e 4.

24

Maria, embora tivesse nível superior, foi aprovada em concurso público e tomou posse em cargo de provimento efetivo de nível médio do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

À luz do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Maria tem assegurado o direito:

- (A) à percepção de adicional de qualificação;
- (B) à percepção de adicional de nível superior;
- (C) ao enquadramento na classe que congrega os cargos de nível superior;
- (D) ao enquadramento na classe imediatamente superior àquela em que se encontra;
- (E) ao enquadramento no padrão imediatamente superior, na classe em que se encontra.

25

Pedro, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, durante uma fiscalização, suspeitou que Maria teria sonegado um documento que seria útil à análise a ser realizada pela equipe de fiscalização. Por tal razão, alertou-a das sanções aplicáveis em virtude de sonegação de processo, documento ou informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo. Irresignada com a suspeita de Pedro e com o “alerta” que recebera, solicitou que o seu advogado analisasse a compatibilidade dessa conduta com o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Foi corretamente respondido a Maria que Pedro agiu em:

- (A) desacordo com o referido Código, pois deve observar um padrão de discricionariedade na solicitação de documentos;
- (B) harmonia com o referido Código, pois deve fazer alertas dessa natureza, ao fiscalizado, quando necessário;
- (C) desacordo com o referido Código, pois deve manter-se neutro em relação à postura do fiscalizado no decorrer dos trabalhos;
- (D) desacordo com o referido Código, pois somente deve agir em harmonia com juízos de certeza, não com a suposição característica da mera suspeita;
- (E) harmonia com o referido Código, pois deve agir de modo inquisitorial em relação ao fiscalizado, em razão da superior hierarquia do controle externo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Nos termos do Art. 216, §3º, da Constituição da República de 1988, “a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais”. Considerando os termos desse preceito, um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal consultou o seu advogado a respeito da natureza da norma obtida a partir desse preceito e da possibilidade de ser utilizada como paradigma de confronto para se demonstrar a inconstitucionalidade da Lei federal nº XX, que disciplinava a produção de bens e valores culturais.

O advogado respondeu, corretamente, que, a partir do referido Art. 216, §3º, o intérprete obtém uma norma de eficácia:

- (A) plena, sendo suscetível de ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade;
- (B) contida, sendo insuscetível de ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade;
- (C) limitada, sendo suscetível de ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade;
- (D) nula, sendo insuscetível de ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade;
- (E) reversível, sendo insuscetível de ser utilizada como paradigma de confronto no controle concentrado de constitucionalidade.

27

Maria tomou conhecimento de que figurava como devedora de determinado imposto estadual. Como jamais desenvolvera qualquer atividade em que figurasse como contribuinte desse imposto, compareceu à repartição competente e solicitou o acesso à íntegra das informações concernentes à sua pessoa, incluindo os impostos de que era devedora. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, inclusive em sede de recurso hierárquico, com base no argumento de que informações tributárias eram sigilosas.

Nesse caso, a ação constitucional a ser ajuizada por Maria para ter acesso às referidas informações é o(a):

- (A) *habeas data*;
- (B) mandado de injunção;
- (C) mandado de segurança;
- (D) reclamação constitucional;
- (E) representação constitucional.

28

João, pessoa de grande popularidade no pequeno Município Alfa, em razão do grande apoio recebido de seus amigos e parentes, decidiu concorrer ao cargo eletivo de prefeito municipal na próxima eleição. Por serem grandes as chances de êxito de João, os demais candidatos passaram a propagar o boato de que a referida candidatura seria “natimorta”. Afinal, João era sabidamente analfabeto.

Ao consultar um advogado, foi corretamente informado a João que o fato de ser analfabeto:

- (A) somente o tornava inelegível para concorrer a cargos eletivos nos níveis federal e estadual;
- (B) o tornava inelegível para o cargo de prefeito municipal, embora tenha direitos políticos;
- (C) não lhe permitia ter direitos políticos, o que significa dizer que não podia votar ou ser votado;
- (D) lhe retirava a condição de cidadão, não podendo praticar qualquer ato que exigisse esse *status*;
- (E) não comprometia a sua elegibilidade, o que decorria do fato de o povo, letrado ou iletrado, ser o detentor do poder.

29

O Município Alfa, conhecido polo turístico situado na fronteira da República Federativa do Brasil, estava deixando de arrecadar vultosos recursos. Assim ocorria porque a cidade limítrofe, situada no País Beta, estruturara um bingo de grandes proporções com diversas atrações, o que vinha acarretando o deslocamento de turistas para essa localidade. Não bastasse isto, o Município vinha passando por grave crise financeira, que se iniciara com a pandemia de Covid-19 e vinha comprometendo a implementação de diversas políticas públicas.

Em razão desse quadro, foi editada a Lei municipal nº XX, que autorizou a abertura de bingos no Município, observados os requisitos ali estabelecidos, sendo a sua exploração limitada ao período de três anos, tempo suficiente ao restabelecimento das finanças municipais.

À luz da divisão constitucional de competências, a Lei municipal nº XX é formalmente:

- (A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria;
- (B) constitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;
- (C) constitucional, pois os Municípios devem adotar as medidas necessárias ao aumento da arrecadação, de modo a custear as políticas públicas;
- (D) inconstitucional, salvo se a União tiver editado lei complementar delegando aos Municípios o exercício da competência legislativa nessa matéria;
- (E) inconstitucional, pois compete à União e aos Estados legislar concorrentemente sobre a matéria, de modo que o Município apenas poderia suplementar a legislação existente.

30

Uma grave crise política gerou a pulverização de ideologias e a desmobilização das lideranças partidárias, daí decorrendo grandes dificuldades para a aprovação das proposições em tramitação nas Casas do Congresso Nacional. Em razão do grande risco de imobilismo das estruturas estatais de poder, o chefe do Poder Executivo federal decidiu editar a Medida Provisória nº XX, introduzindo profundas modificações na lei orgânica dos partidos políticos, de modo a racionalizar o seu funcionamento e a assegurar a fidelidade partidária.

À luz da sistemática constitucional, a Medida Provisória nº XX é formalmente:

- (A) constitucional, em razão do preenchimento dos requisitos da relevância e da urgência;
- (B) inconstitucional, em razão do não preenchimento dos requisitos da relevância e da urgência;
- (C) inconstitucional, pois a medida provisória não pode ser utilizada na disciplina da referida matéria;
- (D) constitucional, em razão do preenchimento dos requisitos da relevância e da urgência, desde que a paralisação do Congresso Nacional tenha superado sessenta dias;
- (E) constitucional, já que presentes os requisitos da relevância e da urgência, mas o Congresso Nacional deve reconhecer a possibilidade de a matéria ser regida por medida provisória.

31

O Tribunal de Contas do Estado Alfa apreciou as contas de governo apresentadas pelo prefeito do Município Beta, tendo identificado a presença de vícios insanáveis, já que diversas decisões tomadas por esse agente destoavam da sistemática constitucional.

Considerando os termos dessa narrativa, o Tribunal de Contas do Estado Alfa deve:

- (A) julgar as contas, mas sem aplicar qualquer penalidade ao prefeito do Município Beta, o que somente pode ser feito pela Câmara Municipal de Beta;
- (B) julgar as contas, cabendo recurso para a Câmara Municipal de Beta, que somente poderá modificar a decisão pelo voto de três quintos dos seus membros;
- (C) julgar as contas, podendo aplicar ao prefeito municipal as penalidades previstas em lei, não sendo sua decisão suscetível de ser revista pelo Poder Legislativo;
- (D) se limitar a apresentar parecer prévio sobre as contas, cabendo o julgamento à Câmara Municipal de Beta, que, amparada pela autonomia municipal, aprovará ou rejeitará livremente o parecer;
- (E) se limitar a apresentar parecer prévio sobre as contas, cabendo o julgamento à Câmara Municipal de Beta, sendo que o parecer somente não prevalecerá pelo voto de dois terços dos seus membros.

32

João, estudioso do sistema tributário nacional, foi instado a se manifestar sobre o momento em que a Lei federal nº YY, que aumentou a alíquota de determinado tributo e foi promulgada no presente exercício financeiro, poderia produzir efeitos. Para tanto, realizou alentada pesquisa a respeito das normas constitucionais de proteção ao contribuinte, mais especificamente sobre a previsibilidade das obrigações tributárias que compulsoriamente recaem sobre ele.

Ao final de sua pesquisa, concluiu, corretamente, que:

- (A) todos os tributos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal;
- (B) apenas os impostos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, ressalvadas as exceções constitucionais;
- (C) todos os tributos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, ressalvadas as exceções constitucionais;
- (D) todos os tributos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais se submetem ao princípio da anterioridade nonagesimal;
- (E) todos os impostos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais e os impostos expressamente indicados se submetem ao da anterioridade nonagesimal.

33

O prefeito da cidade de Chapada de Areia/TO formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins questionando sobre a possibilidade de o secretário do Município utilizar o seu veículo particular quando houver necessidade de deslocamento para atender ao interesse público relacionado às atividades inerentes ao seu cargo, mediante indenização dos seus gastos com combustível.

Levando em consideração o atual posicionamento do TCE/TO quanto ao assunto, é correto afirmar que:

- (A) é vedado que os secretários municipais cedam o uso de seus veículos particulares em favor do Município, sob pena de violação ao princípio republicano, configurando-se confusão entre a coisa particular e a pública;
- (B) é permitido que os secretários municipais cedam o uso de seus veículos particulares em favor do Município, havendo autorização em lei municipal específica, mesmo que o veículo não esteja previamente cadastrado no órgão competente do poder público municipal, sendo a Fazenda Pública responsável por quaisquer danos ao bem decorrentes da sua utilização em serviço;
- (C) é permitido que os secretários municipais cedam o uso de seus veículos particulares em favor do Município, mesmo sem cadastro prévio do veículo no órgão competente do poder público municipal, desde que haja prévia autorização em lei municipal específica e o ressarcimento das despesas com combustível seja feito mediante comprovação, com critérios objetivos, sendo a Fazenda Pública responsável por quaisquer danos ao bem decorrentes da sua utilização em serviço;
- (D) é permitido que os secretários municipais cedam o uso de seus veículos particulares em favor do Município, desde que haja prévia autorização em lei municipal específica, cadastro prévio do veículo no órgão competente do poder público municipal e o ressarcimento das despesas com combustível seja feito mediante comprovação, com critérios objetivos, não sendo a Fazenda Pública responsável por quaisquer danos ao bem decorrentes da sua utilização em serviço;
- (E) é permitido que os secretários municipais cedam o uso de seus veículos particulares em favor do Município, mesmo sem prévia autorização em lei municipal específica ou cadastro prévio do veículo no órgão competente do poder público municipal, não sendo a Fazenda Pública responsável por quaisquer danos ao bem decorrentes da sua utilização em serviço.

34

São atribuições dos auditores do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, de acordo com a sua Lei Orgânica (Lei nº 1.284/2001):

- (A) decidir os casos de requisição de servidores do órgão, segundo as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas;
- (B) designar servidores para, isoladamente ou em comissão, procederem a estudos e trabalhos de interesse do Tribunal de Contas;
- (C) verificar quais autoridades, agentes, órgãos ou entidades estão obstruindo os trabalhos do Tribunal;
- (D) supervisionar o cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, pelos órgãos e entidades da administração pública, dando ciência ao Tribunal Pleno das ocorrências a respeito;
- (E) atuar em caráter permanente junto ao Plenário e Câmaras, presidindo a instrução dos processos que lhes forem distribuídos, relatando-os com proposta de decisão por escrito, a ser votada pelos conselheiros, e participar da discussão sobre esses autos.

35

Considera-se estágio probatório o período de três anos de efetivo exercício no qual o servidor será avaliado para demonstrar sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo de provimento efetivo.

Sobre a possibilidade de cessão externa de servidor durante o estágio probatório, de acordo com a orientação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, é correto afirmar que:

- (A) a cessão de servidor público, ato administrativo que pode envolver servidor não estável, é uma hipótese legal de suspensão do estágio probatório;
- (B) a cessão de servidor público suspende o estágio probatório quando realizada para atender Termo de Cooperação celebrado pelo Poder Executivo, com prazos e programas definidos, que impliquem o exercício das atribuições próprias do cargo de origem;
- (C) é proibida a cessão de servidor público não estável, ainda que para exercício de cargo em comissão, sob pena de prejuízo à segurança jurídica e ao interesse público de supervisão da conduta do servidor durante o estágio probatório pelo órgão cedente;
- (D) a cessão de servidor público suspende o estágio probatório quando realizada entre órgãos de unidades distintas da Federação, prevalecendo nessa hipótese o interesse público em promover o federalismo cooperativo;
- (E) a cessão para exercício de cargo em comissão, que ocorre com ônus para o requisitante e no exercício de cargo com atribuições diversas do originário, pode ocorrer durante o estágio probatório e não o suspende.

36

A sociedade empresarial Inverta Gould & Comércio Ltda., mesmo sem nunca ter funcionado de fato, foi utilizada como instrumento para ocultar os reais ganhos do grupo econômico de que fazia parte, gerando frustração na arrecadação tributária sobre as suas atividades.

Considerando essa situação, à luz da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), a conduta narrada:

- (A) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, na esfera administrativa, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos;
- (B) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, aplicada após regular processo judicial, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos;
- (C) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, na esfera administrativa, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, inclusive os tributos;
- (D) pode configurar ato lesivo à Administração Pública nacional, sujeitando as pessoas jurídicas responsáveis a multa, aplicada após regular processo judicial, calculada sobre o faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, inclusive os tributos;
- (E) não é tipificada pela Lei Anticorrupção, configurando mero ilícito tributário passível de redirecionamento ou desconsideração da personalidade jurídica indireta em execução fiscal.

37

A decisão do Tribunal de Contas do Estado que julga irregulares as contas imputando débito ou aplicando multa tem eficácia de título executivo extrajudicial.

Sobre a execução das decisões do Tribunal de Contas do Estado, é correto afirmar que:

- (A) julgadas irregulares as contas, havendo débito ou multa, o responsável será notificado para comprovar o recolhimento do respectivo valor no prazo de quinze dias;
- (B) o valor do débito imputado pelo Tribunal será recolhido ao Tesouro Estadual, ainda que se trate de recursos repassados pela administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo municipal, suas autarquias, fundos e fundações;
- (C) é facultado ao Tribunal autorizar o recolhimento de débito ou de multa em até vinte e quatro parcelas mensais e sucessivas, mediante requerimento do responsável dirigido ao relator ou ao presidente;
- (D) o valor do débito imputado pelo Tribunal será recolhido ao Tesouro Estadual, quando se referir a recursos repassados por empresas públicas e sociedades de economia mista;
- (E) comprovado o recolhimento integral dos valores devidos, o Tribunal expedirá quitação do débito ou da multa no prazo de sessenta dias.

38

Maria Luiza, vereadora da cidade de Augustinópolis/TO, formulou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, questionando a possibilidade da aplicação do Art. 24, X, da Lei nº 8.666/1993 na contratação de locação de imóveis na modalidade *built to suit*, bem como indagando quais seriam as exigências técnicas necessárias para celebração dessa modalidade de contrato administrativo.

De acordo com a orientação do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, o requisito técnico-legal aplicável ao contrato *built to suit* por meio de contratação direta é a:

- (A) construção realizada por pessoa distinta do proprietário do terreno;
- (B) observância do direito à revisão da remuneração mensal entre as partes;
- (C) inexistência comprovada de outro imóvel que possa atender ao interesse da administração pública;
- (D) remuneração mensal não excedente a 10% do valor do bem locado, considerando a obra finalizada;
- (E) possibilidade de decomposição dos serviços de locação e de execução indireta da obra sem perda de economia de escala.

39

Ademar é proprietário de um imóvel na cidade de Palmas/TO situado em área abrangida por projeto de construção de uma rodovia estadual. O referido imóvel, então, foi declarado de utilidade pública por decreto do governador do Estado.

Nessa situação, pretendendo o poder público desapropriar o imóvel, é correto afirmar que:

- (A) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação, desde que eleita uma câmara de mediação criada pelo poder público, sendo vedada a arbitragem;
- (B) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação ou à via arbitral, devendo Ademar indicar um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação;
- (C) antes de ajuizar a ação de desapropriação, o Estado tem o dever de notificar Ademar e apresentar-lhe oferta de indenização, depositando desde logo em seu favor o valor da oferta;
- (D) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação, devendo Ademar indicar um dos órgãos ou instituições especializados em mediação previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação, sendo vedada a arbitragem;
- (E) é obrigatório o ajuizamento da ação de desapropriação, sendo vedada a utilização dos meios alternativos de resolução de controvérsias em vista da indisponibilidade do interesse público.

40

Ricardo vendeu um automóvel seminovo para sua amiga Fernanda no dia 30 de julho. As partes formalizaram instrumento particular de compra e venda nos termos do qual o veículo deveria ser entregue imediatamente e o preço deveria ser pago no prazo de um mês. Dias depois, em 10 de agosto, Ricardo cedeu seu crédito sobre o preço do veículo para Alfredo, que notificou Fernanda na mesma data. Logo após, em 20 de agosto, Ricardo cedeu o mesmo crédito para Bernardo, entregando-lhe também o instrumento de compra e venda do automóvel. Bernardo notificou Fernanda acerca da cessão no mesmo dia, apresentando-lhe o mencionado instrumento de compra e venda conjuntamente com o título da própria cessão. Por fim, passados mais alguns dias, em 25 de agosto, Fernanda foi notificada por Caio, para quem Ricardo havia cedido, em 2 de agosto, o mesmo crédito sobre o preço do automóvel.

Na data de vencimento da dívida, para desobrigar-se plenamente de sua obrigação, é correto afirmar que Fernanda deverá realizar o pagamento a:

- (A) Alfredo, por se tratar do primeiro cessionário a notificar a devedora;
- (B) Bernardo, por se tratar do cessionário que lhe apresentou o título da obrigação cedida em conjunto com o da cessão;
- (C) Caio, por se tratar do primeiro cessionário para quem Ricardo, o credor original, transmitiu o crédito;
- (D) Ricardo, por se tratar do credor originário e único legitimado a exigir o cumprimento da obrigação;
- (E) qualquer dos cessionários ou a Ricardo, indistintamente, desde que apresente a prova do pagamento aos demais.

41

Uma fundação privada dedicada à memória de um célebre arquiteto divulgou anúncio por meio do qual se comprometia a pagar uma vultosa recompensa para a primeira pessoa que fosse capaz de localizar e trazer à sede da fundação um armário específico projetado por aquele arquiteto. Estima-se que apenas dez exemplares do referido armário tenham sido produzidos no mundo, pois os originais do projeto da peça se perderam há muitos anos. A campanha, veiculada por prazo indeterminado pela fundação, destinava-se a viabilizar que fossem tiradas medidas e especificações do armário, o que permitiria à fundação reconstituir seu projeto técnico para exibi-lo em uma exposição permanente. Após alguns meses de veiculação do anúncio, tomando conhecimento da campanha, Adalberto, dono de um dos raros exemplares do armário, que há muito pertencia à sua família, apresentou-se à sede da fundação com a peça para receber a soma em dinheiro prometida. Lá chegando, porém, recebeu a notícia de que a campanha havia sido cancelada pela fundação alguns dias antes e que, por isso, nenhuma recompensa lhe seria devida.

A respeito desse caso, é correto afirmar que:

- (A) Adalberto faz jus à recompensa originalmente prometida, pois a fundação não podia revogar unilateralmente a campanha depois que ela já havia sido tornada pública;
- (B) Adalberto não pode exigir a soma em dinheiro prometida, pois a campanha veiculada não é juridicamente vinculante, criando mera obrigação natural para a fundação;
- (C) a fundação podia cancelar a campanha a qualquer tempo, mesmo após o cumprimento das condições por Adalberto, desde que não tenha auferido benefício desse cumprimento;
- (D) o cancelamento da campanha foi válido, desde que tenha sido publicizado pelos mesmos meios que o anúncio original e antes que Adalberto levasse o armário à fundação;
- (E) Adalberto pode exigir o reembolso de eventuais despesas que tenha feito para levar o armário até a fundação mesmo que, ao fazê-las, já tivesse ciência do cancelamento da campanha.

42

Carina, profissional autônoma, adquiriu meio quilograma de carne da produtora Saudável Ltda. em um estabelecimento da rede de supermercados Casas Barateiro Ltda. O produto foi vendido em embalagem lacrada com o rótulo da produtora. Horas após a compra, porém, ao preparar e consumir o produto, Carina sentiu-se muito mal e precisou ser hospitalizada, tendo-se então verificado que sofreu intoxicação alimentar em decorrência de a carne estar estragada. Além dos valores gastos com o tratamento médico, o prejuízo de Carina avolumou-se porque ela precisou parar de trabalhar por alguns dias, durante os quais deixou de auferir seu faturamento habitual.

Considerando que esteja comprovado que a carne já estava estragada no momento em que foi comprada, em decorrência de não ter sido conservada adequadamente no supermercado, e que essa foi a causa da intoxicação alimentar, é correto afirmar que:

- (A) a rede Casas Barateiro Ltda. não poderá ser responsabilizada pelos danos sofridos por Carina, porque o produtor da carne, nesse caso, podia ser plenamente identificado;
- (B) a rede Casas Barateiro Ltda. poderá ser responsabilizada pelos danos sofridos por Carina, ainda que o produtor da carne seja conhecido, tendo em vista a falha na conservação de produto perecível;
- (C) Carina poderá exigir do fornecedor responsável o ressarcimento de lucros cessantes, mas não poderá fazê-lo cumulativamente com eventual pedido de danos emergentes;
- (D) Carina não poderá exigir do fornecedor responsável o ressarcimento de lucros cessantes, ainda que comprove que deixou de auferir o seu faturamento habitual;
- (E) nenhum dos fornecedores deverá ser responsabilizado pelos danos sofridos por Carina, pois o nexo causal veio a ser interrompido em decorrência de fato concorrente da vítima.

43

Marta é proprietária de um terreno urbano não edificado no Centro da cidade de São Paulo. Ao contrair, em janeiro de 2022, uma dívida vultosa em decorrência de um contrato de mútuo firmado junto ao Banco Alfa Delta S/A, com vencimento previsto para o mês de dezembro do mesmo ano, ela ofereceu em hipoteca ao banco credor aquele imóvel, como garantia da obrigação. A constituição da hipoteca foi válida e levada imediatamente a registro. Logo após, em fevereiro de 2022, Marta celebrou um novo contrato de mútuo, desta vez com o Banco Beta Gama S/A, com vencimento previsto para abril daquele ano. Também ao contrair essa segunda obrigação, Marta instituiu garantia hipotecária sobre o mesmo terreno no Centro de São Paulo. A garantia também foi validamente constituída e levada ao registro competente em seguida. Vencida a dívida contraída junto ao Banco Beta Gama S/A, em abril de 2022, Marta, embora não esteja insolvente, não a pagou espontaneamente.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

- (A) desde o momento em que Marta deixou de pagar a dívida garantida pela segunda hipoteca, deve-se considerar vencida antecipadamente a primeira dívida, contraída perante o Banco Alfa Delta S/A, que poderá executar desde logo a primeira hipoteca;
- (B) a constituição da segunda hipoteca deve ser considerada nula caso o imóvel oferecido em garantia não seja mais valioso do que a soma das duas dívidas garantidas e seus acessórios, tornando-se o crédito do Banco Beta Gama S/A, assim, meramente quirografário;
- (C) caso a dívida perante o Banco Beta Gama S/A permaneça sem pagamento espontâneo, essa instituição financeira poderá promover a execução da segunda hipoteca mesmo antes do vencimento da dívida contraída perante o Banco Alfa Delta S/A e ainda que Marta continue plenamente solvente;
- (D) o Banco Beta Gama S/A somente poderá promover a execução da segunda hipoteca antes do vencimento da dívida contraída perante o Banco Alfa Delta S/A caso o imóvel hipotecado permita divisão cômoda, pois se considera que a segunda hipoteca apenas gravou a parcela ideal do terreno correspondente ao montante da dívida por ela garantida;
- (E) caso a primeira obrigação vença, em dezembro de 2022, sem que Marta pague qualquer das dívidas e sem que o Banco Alfa Delta S/A realize qualquer cobrança, o Banco Beta Gama S/A poderá promover a extinção da obrigação garantida pela primeira hipoteca, consignando o valor garantido, citando o Banco Alfa Delta S/A para recebê-lo e Marta para pagá-lo.

44

Artur vendeu para seu amigo Vitor um sofá usado de couro em ótimo estado, pelo preço médio de mercado. Os amigos combinaram que o preço do sofá seria pago uma semana após a data em que firmaram o acordo e que o sofá deveria ser entregue ao comprador, na casa deste, um mês após o pagamento do preço. Vitor efetuou o pagamento na data avençada, mas, decorrido um mês, Artur deixou passar o prazo de entrega do bem sem cumprir essa obrigação. Dois dias depois, uma repentina mudança de tempo trouxe fortes chuvas para o bairro onde Artur reside. Logo uma enchente tomou conta da rua de Artur, invadindo a casa dele e danificando todos os móveis que ali se encontravam, inclusive o sofá, que foi totalmente destruído. Como Vitor vive em uma região que não foi afetada pelas chuvas, foi preciso que Artur relatasse a ele o ocorrido e comunicasse que, em decorrência do lamentável percimento do bem, havia se tornado impossível cumprir o contrato.

Nesse caso, é correto afirmar que Artur:

- (A) responderá perante Vitor pela impossibilidade da prestação, muito embora não tenha dado causa direta e imediata à destruição do sofá;
- (B) responderá pela impossibilidade da prestação, em decorrência do princípio *res perit domino*, já que o sofá já pertencia a Vitor quando foi destruído;
- (C) não responderá pela impossibilidade da prestação, tendo em vista o princípio segundo o qual ninguém responde pelo fortuito;
- (D) não responderá pela impossibilidade da prestação, porque Vitor nunca chegou a se tornar proprietário do sofá que veio a ser destruído;
- (E) não responderá pela impossibilidade da prestação, tendo em vista que Vitor contribuiu para essa impossibilidade quando deixou de constituir o devedor em mora.

45

Wagner contratou a arquiteta Valéria no início do ano de 2020 para que ela desenvolvesse um projeto de reforma da sua cozinha e acompanhasse as respectivas obras. Ambos acordaram que os honorários de Valéria deveriam ser pagos no último dia útil daquele mesmo ano. Conforme as obras da cozinha prosseguiram, porém, Wagner e Valéria desenvolveram uma amizade íntima, que acabou evoluindo para um namoro e culminou no casamento dos dois, em maio de 2021. Envolvida com o novo relacionamento afetivo, Valéria jamais realizou qualquer ato de cobrança dos honorários a que fazia jus, muito embora tenha concluído o serviço dentro dos termos e do prazo contratados; Wagner, por sua vez, jamais tocou no assunto ou sequer cogitou pagar os honorários devidos à esposa.

Considerando que ambos permanecem casados atualmente e que o prazo legal para que Valéria cobre os seus honorários é de cinco anos, é correto concluir a respeito desse caso que:

- (A) a pretensão de Valéria de cobrar os seus honorários extinguiu-se na data do seu casamento com Wagner;
- (B) jamais chegou a nascer para Valéria qualquer pretensão de cobrar os seus honorários;
- (C) nunca chegou a correr a prescrição contra a pretensão de Valéria de cobrar os seus honorários;
- (D) o casamento com Wagner interrompeu a prescrição contra a pretensão de Valéria de cobrar os seus honorários;
- (E) a prescrição contra a pretensão de Valéria de cobrar os seus honorários encontra-se suspensa.

46

Tiago é o locatário de um imóvel residencial pertencente a Mariana, que lhe deu o bem em locação pelo prazo de dois anos. Como Tiago era um amigo de sua família, Mariana não exigiu dele a prestação de nenhuma forma de garantia. Após adimplir pontualmente os aluguéis referentes aos primeiros seis meses de locação, contudo, Tiago começou a enfrentar dificuldades financeiras e não foi capaz de pagar os aluguéis referentes ao sétimo e ao oitavo mês na data do vencimento. Como a renda oriunda dos aluguéis era relevante para o orçamento familiar de Mariana, esta logo buscou assistência jurídica e, pouco após o segundo mês de atraso, ingressou com uma ação de despejo em face de Tiago, pugnando pela concessão de liminar determinando a desocupação do imóvel por Tiago no prazo de quinze dias.

De acordo com a Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/1991), é correto afirmar que a medida liminar pretendida por Mariana:

- (A) não poderá ser concedida pelo juízo da causa nos termos em que foi requerida;
- (B) poderá ser concedida tal como requerida, desde que ouvida primeiramente a outra parte;
- (C) poderá ser concedida tal como requerida, desde que Mariana preste caução no valor equivalente a três meses de aluguel;
- (D) poderá ser concedida tal como requerida, não assistindo a Tiago, nesse caso, nenhuma providência para elidi-la;
- (E) somente poderá ser concedida no caso de inadimplemento, por Tiago, do aluguel do terceiro mês consecutivo.

47

Com a finalidade de prevenir falhas de comunicação com seus clientes, um escritório de contabilidade decidiu criar um banco de dados contendo as informações básicas de identificação (nome, CPF, endereço eletrônico, endereço residencial e profissional e telefones residencial e profissional) de todas as pessoas naturais para as quais presta serviços. Para tanto, buscando atender às exigências impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), o escritório solicitou a cada cliente que prestasse seu consentimento expresso para o referido tratamento de dados pessoais. Na mesma oportunidade, esclareceu o escritório que o tratamento de dados em questão não abrangeria dados pessoais sensíveis. Ao receber a solicitação, André, médico que há muito tempo utiliza os serviços do escritório, buscou o auxílio de um advogado para se informar acerca da validade e da eficácia do consentimento requerido.

Assim, entre outros esclarecimentos, André foi informado, corretamente, de que, nos termos da referida lei:

- (A) o consentimento requerido pelo escritório apenas pode ser prestado validamente de forma escrita;
- (B) a mera existência de eventual vício de consentimento não impediria o tratamento fundado no consentimento de André;
- (C) o consentimento a ser prestado não precisa estar vinculado a finalidades específicas e determinadas;
- (D) caso preste seu consentimento, André poderá revogá-lo a qualquer tempo, mediante manifestação expressa;
- (E) caso preste seu consentimento, André não poderá revogá-lo, ainda que discorde de eventual mudança de finalidade do tratamento que lhe venha a ser comunicada.

48

Determinado gestor, em razão da apuração, pelo Tribunal de Contas do Estado, do cometimento de irregularidades à época em que exercia cargo público, foi sancionado com multa, cujo valor pagou.

Contudo, entendendo, posteriormente, que a sanção pecuniária imposta em seu desfavor havia sido ilegal, ajuizou o gestor ação de procedimento comum, pleiteando a restituição do valor que pagara a tal título, bem como a reparação dos danos morais que alegou ter sofrido.

Proferido o juízo positivo de admissibilidade da demanda e efetivada a citação da parte ré, logo após a protocolização da peça contestatória, veio aos autos a notícia do falecimento do autor, acompanhada da respectiva certidão de óbito.

Nesse cenário, deverá o juiz da causa:

- (A) extinguir o feito, sem resolução do mérito, em razão da perda superveniente do interesse de agir;
- (B) extinguir o feito, sem resolução do mérito, em razão da intransmissibilidade do direito material;
- (C) extinguir o feito, com resolução do mérito, julgando improcedente o pleito autoral;
- (D) suspender o feito, determinando a intimação dos interessados para que requeiram a substituição processual;
- (E) suspender o feito, determinando a intimação dos interessados para que requeiram a sucessão processual.

49

Proferida sentença que condenou Caio a pagar a Tício determinada soma em dinheiro, o réu interpôs recurso de apelação, cuja intempestividade foi certificada pela serventia.

Na sequência, o juiz da causa declarou inadmissível a apelação, decisão da qual foi intimado Caio, por meio de seu advogado.

Para se insurgir contra a decisão que obistou ao seguimento de seu apelo, deverá Caio, no prazo recursal, manejar:

- (A) recurso especial;
- (B) reclamação;
- (C) mandado de segurança;
- (D) um segundo recurso de apelação;
- (E) impugnação ao cumprimento de sentença.

50

No que concerne aos embargos à execução deflagrada em face de um particular, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- (A) deverão ser ofertados no prazo de dez dias, contado da juntada aos autos do mandado de citação do executado;
- (B) quando manifestamente protelatórios, o seu oferecimento não configura conduta atentatória à dignidade da justiça;
- (C) além das condições genéricas do direito de ação, exige-se, como condição de sua procedibilidade, a garantia do juízo;
- (D) transitada em julgado a sentença que os acolhe, estará ela acobertada pelo manto da coisa julgada material;
- (E) o executado não poderá alegar, em sua petição inicial, a inexequibilidade do título em que se baseou a execução.

51

Em um determinado processo em cujo polo passivo figura pessoa incapaz, o juiz da causa, que ali já havia atuado como membro do Ministério Público, acabou por proferir sentença, condenando o réu a pagar certa soma em dinheiro ao autor.

Embora regularmente intimados da sentença condenatória, nem o demandado nem o órgão ministerial interpuseram recurso de apelação, assim advindo o seu trânsito em julgado.

No que se refere àquela sentença, é correto afirmar que é ela impugnável por:

- (A) ação rescisória;
- (B) *querela nullitatis*;
- (C) objeção de pré-executividade;
- (D) agravo de instrumento;
- (E) recurso extraordinário.

52

Em determinado processo, a parte autora logrou comprovar, mediante robusta prova documental que instruiu a petição inicial, os fatos constitutivos de seu alegado direito subjetivo, além de demonstrar a existência de enunciado de súmula vinculante em abono aos argumentos jurídicos que sustentava.

Invocando esse contexto, o demandante requereu, antes mesmo da citação do réu, a concessão de tutela provisória que lhe permitisse exercer, de imediato, o direito que afirmava titularizar, o que foi deferido pelo juiz da causa.

No tocante a essa tutela provisória, é correto afirmar que se trata de:

- (A) tutela de urgência cautelar, concedida em decisão impugnável por agravo de instrumento;
- (B) tutela antecipada de urgência, concedida em decisão impugnável por agravo de instrumento;
- (C) tutela da evidência, de natureza satisfativa, concedida em decisão impugnável por agravo de instrumento;
- (D) tutela de urgência cautelar, concedida em decisão impugnável por apelação;
- (E) tutela antecipada de urgência, concedida em decisão impugnável por apelação.

53

Ao analisar uma petição inicial, o juiz percebeu que o autor atribuiu um valor da causa somando o valor do pedido subsidiário com o do pedido principal. Assim, sem integrar o réu ao processo, corrigiu, de ofício, o valor atribuído à causa, para estabelecer que este deveria ser apenas o valor do pedido principal.

Diante desse cenário, o juiz agiu de forma:

- (A) incorreta, pois o controle do valor atribuído à causa dependerá de provocação da parte ré;
- (B) correta, pois ele pode controlar, *ex officio*, o valor atribuído à causa nas hipóteses legais;
- (C) incorreta, uma vez que, na cumulação de pedidos, o valor da causa corresponde à soma de todos os pedidos;
- (D) correta, pois a atribuição do valor da causa deveria ser o pedido de maior valor;
- (E) incorreta, uma vez que o autor pode fixar livremente o valor da causa.

54

Feita a citação por meio eletrônico, no endereço previamente indicado pelo citando nos cadastros do Poder Judiciário, acompanhada das orientações para a realização da confirmação de recebimento e de código identificador, o prazo de resposta começa a fluir no:

- (A) dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;
- (B) dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz;
- (C) dia útil seguinte à juntada aos autos da confirmação do recebimento da citação;
- (D) segundo dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação;
- (E) quinto dia útil seguinte à confirmação do recebimento da citação.

55

Em um contrato celebrado por duas pessoas jurídicas de grande porte, foi ajustada uma cláusula estabelecendo um negócio processual em caráter pré-processual, no sentido de que, em eventual futuro processo judicial entre os contratantes, as partes se comprometiam a não produzir prova testemunhal. Todavia, posteriormente, uma das empresas referidas ajuizou uma demanda em face da outra e requereu a produção de prova testemunhal. A ré não se insurgiu contra esse requerimento, mas apenas afirmou que pretendia produzir prova documental.

Partindo-se da premissa de que o referido negócio processual é válido, é correto afirmar que a referida prova testemunhal:

- (A) poderá ser produzida, pois a inércia da parte ré em arguir a referida cláusula configura a extinção do negócio processual;
- (B) não poderá ser produzida, uma vez que o contrato é válido e vincula as partes e o juiz no processo;
- (C) não poderá ser produzida, pois a parte ré somente protestou pela prova documental;
- (D) poderá ser produzida, pois o juiz não está vinculado aos negócios processuais estabelecidos pelas partes;
- (E) não poderá ser produzida, uma vez que já haverá produção de prova documental.

56

Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) comete o crime de concussão, em sua forma tentada, o funcionário público que, fora da função, mas em razão dela, exige vantagem indevida, porém não chega a recebê-la;
- (B) comete o crime de corrupção ativa o funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse econômico;
- (C) considera-se atípica penalmente a conduta de quem se apropria de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem;
- (D) comete o crime de excesso de exação o funcionário que exige tributo ou contribuição social que o sabe indevido;
- (E) considera-se atípica penalmente a modalidade culposa do crime de peculato.

57

Marcelo e Paulo são sócios-administradores de uma sociedade empresária do ramo de equipamentos e materiais elétricos. Armando, amigo de Marcelo, é presidente de autarquia que tem como objeto estudos técnico-científicos em tecnologia. Visando a equipar os laboratórios de pesquisa do ente autárquico, Armando realiza contratação da referida sociedade empresária para a entrega de duzentos rolos de cabeamento de cobre. No entanto, Armando, Marcelo e Paulo ajustaram entre si a entrega, de fato, de apenas cem rolos de cabeamento de cobre, embolsando e rateando o valor correspondente aos cem rolos restantes. Quanto à tipicidade em relação aos envolvidos Marcelo e Paulo, é correto afirmar que:

- (A) não responderão criminalmente, em razão de não serem funcionários públicos e não deterem o poder decisório sobre a contratação;
- (B) responderão pelo crime de fraude em licitação ou contrato;
- (C) responderão pelo crime de corrupção ativa em sua forma consumada;
- (D) responderão pelos crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro, em concurso material;
- (E) responderão pelos crimes de fraude em licitação ou contrato em concurso com o crime de corrupção ativa.

58

No tocante aos institutos da tentativa e consumação, desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível, é correto afirmar que o agente:

- (A) que, após iniciar os atos de execução, voluntariamente, impede que o resultado se produza, responderá pelo resultado pretendido inicialmente;
- (B) que, por ato voluntário, repara o dano causado, em crime praticado com violência à pessoa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, terá a pena reduzida de 1/3 a 2/3;
- (C) que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução, só responde pelos atos até então praticados;
- (D) responde pela tentativa, nos crimes culposos, ao não observar o dever de cuidado a que estava obrigado;
- (E) não responde pela tentativa, quando, por ineficácia relativa do meio, é impossível consumir-se o crime.

59

Relativamente aos crimes previstos na Lei nº 8.072/1990, NÃO é considerado como crime hediondo ou equiparado o crime de:

- (A) genocídio;
- (B) estupro;
- (C) furto qualificado pelo emprego de explosivo;
- (D) constituição de milícia privada;
- (E) falsificação de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.

60

No tocante ao erro na teoria do crime, é correto afirmar que:

- (A) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena, considerando-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima;
- (B) o erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, não isenta de pena, mas poderá diminuí-la de 1/3 a 2/3;
- (C) o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei;
- (D) o erro determinado por terceiro, se evitável, implica isenção de pena para o terceiro que determinou o erro;
- (E) o erro de tipo implica exclusão da culpabilidade na hipótese de estrito cumprimento de dever legal.

61

Manuel praticou crime de sequestro contra a vítima Carla, que se encontrava em cativeiro há três meses. Durante esse período em que a vítima se encontrava privada da sua liberdade, entrou em vigor lei penal nova, prevendo aumento de pena para o crime de sequestro, o qual só cessou após a lei nova ter entrado em vigor. Diante dessa hipótese, quanto à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que:

- (A) não poderá ser aplicada a lei posterior mais grave, a qual não possui ultratividade;
- (B) será aplicada a lei penal posterior mais grave, cuja vigência é anterior à cessação da permanência do crime;
- (C) não poderá ser aplicada a lei posterior mais grave, que só retroagir se for mais benéfica ao réu;
- (D) será aplicada a lei penal anterior, em obediência ao princípio *tempus regit actum*;
- (E) não poderá ser aplicada a lei penal mais grave, pois não se admite a *novatio legis in pejus*.

62

Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- (A) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h;
- (B) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de seis anos;
- (C) a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido ou de quem legalmente o represente;
- (D) a suspensão condicional da pena é vedada nos crimes de abuso de autoridade;
- (E) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

63

A respeito do momento consumativo nos crimes patrimoniais, segundo o entendimento predominante nos Tribunais Superiores, é correto afirmar que se considera:

- (A) tentado o crime de furto se a coisa vem a ser destruída pelo criminoso quando da subtração da *res furtiva*;
- (B) consumado o crime de estelionato com o emprego efetivo da fraude ou ardil idôneos a enganar a vítima;
- (C) consumado o crime de roubo impróprio no momento da subtração e conseqüente posse da coisa subtraída pelo agente;
- (D) tentado o crime de extorsão se, apesar do constrangimento, a indevida vantagem econômica não vem a ser obtida pelo agente;
- (E) consumado o crime de furto se o agente detém a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente.

64

Durante o período de pandemia, a Assembleia Legislativa do Tocantins instala, regularmente, Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar desvios praticados na compra de insumos, medicamentos e equipamentos, bem como na montagem de hospitais de campanha. Dentre os atos praticados, expede notificação para que o juiz de direito Pederneiras, titular de Vara Criminal da Capital, compareça perante a CPI, para prestar esclarecimentos, na condição de testemunha, sobre condenação por ele prolatada, em processo envolvendo empresários e servidores públicos.

Diante desse cenário, é correto afirmar que o magistrado:

- (A) deverá pedir autorização à Administração Superior do Tribunal de Justiça para comparecer à sessão;
- (B) não pode ser convidado para comparecer à CPI, independentemente da sua condição;
- (C) deverá impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça, para garantir seu direito ao silêncio;
- (D) não está sujeito à notificação ou intimação para comparecer na CPI, na condição de testemunha;
- (E) deveria ter sido intimado para comparecer à sessão da CPI, sendo a notificação inválida.

65

Em processo submetido ao Tribunal do Júri, Kratos foi julgado por três homicídios dolosos, tráfico de drogas e associação para o tráfico. O Conselho de Sentença, na sala secreta, em resposta aos quesitos referentes aos crimes dolosos contra a vida, desclassificou as três imputações.

Em relação aos crimes conexos, é correto afirmar que:

- (A) o Conselho de Sentença deverá prosseguir no julgamento, respondendo aos quesitos sobre os crimes conexos;
- (B) o juiz presidente deverá dissolver o Conselho de Sentença, remetendo o julgamento dos crimes conexos à distribuição;
- (C) o juiz presidente deverá julgar os crimes conexos, de maneira singular;
- (D) o juiz presidente deverá remeter os crimes conexos, sem dissolver o Conselho de Sentença, à distribuição;
- (E) o juiz presidente deverá remeter os crimes conexos, após dissolver o Conselho de Sentença, a novo julgamento.

66

Determinado agente foi denunciado por falsidade ideológica, corrupção ativa, violação de sigilo funcional, autorização de comunicações de informática e telemática com objetivos não autorizados em lei, quebra de sigilo bancário fora das hipóteses legais e associação criminosa. O Juízo Estadual recebeu a denúncia. Posteriormente, declarou-se incompetente para processar e julgar o feito e remeteu os autos ao Juízo Federal. O Juízo Federal, por sua vez, reconheceu a nulidade do recebimento da denúncia por Juízo incompetente e declarou a prescrição do crime federal (crime contra o sistema financeiro).

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- (A) sobrevindo a extinção da punibilidade do fato antes de encerrada a instrução criminal, desaparece o interesse da União para examinar os demais delitos, devendo ser o feito deslocado para a Justiça Estadual;
- (B) uma vez deslocada a competência, à luz da teoria do juízo aparentemente competente, ainda que extinta a punibilidade do fato, deverá a Justiça Federal prosseguir no processo e julgamento dos demais delitos;
- (C) uma vez deslocada a competência, à luz da teoria da *perpetuatio jurisdictionis*, ainda que extinta a punibilidade do fato, deverá a Justiça Federal prosseguir no processo e julgamento dos demais delitos;
- (D) sobrevindo a extinção da punibilidade do fato antes de encerrada a instrução criminal, deve ser o feito deslocado para a Justiça Estadual, com aproveitamento dos atos praticados antes do deslocamento para a Justiça Federal;
- (E) uma vez deslocada a competência, à luz da teoria do juízo aparente, ainda que extinta a punibilidade do fato, deverá a Justiça Federal prosseguir no processo e julgamento dos demais delitos.

67

Em relação ao arquivamento do inquérito policial ou peças de informação, é correto afirmar que:

- (A) o juiz possui a prerrogativa de anuir ou discordar do pedido de arquivamento veiculado pelo Ministério Público, sendo cabível, em caso de concordância, a prévia submissão ao procurador-geral de Justiça;
- (B) permitir reexame judicial quanto ao mérito do pedido de arquivamento do inquérito policial, por via recursal ou autônoma, importa em violação da prerrogativa do Ministério Público;
- (C) a vítima de crime de ação penal pública incondicionada tem direito líquido e certo a impedir o arquivamento do inquérito policial ou das peças de informação;
- (D) não é da competência do juiz estadual determinar o arquivamento que investiga fato que possa ter adequação típica de crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil;
- (E) a decisão de homologação de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informação, fulcrada na inexistência do fato, não admite controle judicial.

68

Determinado conjunto de agentes foi denunciado pela prática dos crimes previstos nos Arts. 317 e 333, ambos do Código Penal, e Art. 1º, caput e §2º, I, da Lei Federal nº 9.613/1998. O juiz de direito, todavia, rejeitou a denúncia, sob o fundamento de que as provas colhidas eram nulas, porquanto considerou serem decorrentes de investigação que transcorreu clandestinamente durante dois anos sem nenhuma supervisão do Poder Judiciário. Diante disso, entendeu faltar justa causa para o exercício da ação penal, por não haver outras provas autônomas em desfavor dos imputados. O Ministério Público estadual então interpôs recurso em sentido estrito contra essa decisão, ocasião em que pleiteou a sua reforma para que fosse recebida a denúncia. Ao fazer a análise de admissibilidade, o magistrado assinalou faltar interesse recursal por ausência de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão recorrida, razão pela qual não admitiu o recurso.

Contra a referida decisão, é cabível:

- (A) apelação;
- (B) apelação residual;
- (C) recurso em sentido estrito;
- (D) carta testemunhável;
- (E) mandado de segurança.

69

Sobre a prisão domiciliar, é correto afirmar que:

- (A) o fato de o réu ter filhos menores garante concessão automática de prisão domiciliar, quando demonstrado que os infantes estão sob seus cuidados;
- (B) é cabível o deferimento da prisão domiciliar, quando demonstrado que os filhos menores de 12 anos dependem dos cuidados concorrentes da mãe;
- (C) a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, na forma do Art. 318 do Código de Processo Penal, é incompatível com a cautelar de alternativa de monitoramento eletrônico;
- (D) dentre as medidas sanitárias para evitar o contágio e a disseminação da Covid-19 na população carcerária, a colocação do preso em regime domiciliar é providência automática;
- (E) a possibilidade de excepcionar a prisão domiciliar é ínsita ao juízo de cautelaridade, que deve guardar correspondência com a situação fática *sub judice*.

70

Em relação aos requisitos para o livramento condicional, é correto afirmar que:

- (A) a ausência de falta grave no período de doze meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;
- (B) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses não podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;
- (C) faltas disciplinares ocorridas no período anterior a doze meses podem ser consideradas pelo Juízo das Execuções Penais para aferir fundamentadamente o mérito do apenado;
- (D) a ausência de falta grave no período de seis meses é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício;
- (E) a demonstração da aptidão para prover a própria subsistência mediante qualquer atividade é suficiente para satisfazer o requisito exigido para concessão do benefício.

DISCURSIVA

1

João adquiriu um automóvel 0 km para utilizá-lo em sua profissão de taxista na concessionária Alfa Carros Ltda., pelo valor de R\$ 50.000,00. Para tanto, contratou financiamento com o Banco Beta S/A, que continha cláusula de alienação fiduciária em garantia.

O veículo foi entregue no prazo acordado. Cerca de quarenta dias depois começou a apresentar defeito no sistema de ar-condicionado. Em razão do defeito, João reclamou e pediu que fosse reparado o defeito, porém, a concessionária se negou a arcar com os custos de eventual reparo nem mesmo disponibilizou assistência técnica, pois no contrato de compra e venda há cláusula expressa de garantia pelo prazo de sete dias. Argumentou que a limitação do prazo é válida, pois a relação jurídica entre as partes não é de consumo, bem como a responsabilidade é exclusiva da fabricante, e João nem seria o proprietário do veículo em questão, mas mero possuidor, em razão da cláusula de alienação fiduciária em garantia. O adquirente do veículo então ajuizou ação indenizatória pleiteando a rescisão do contrato de compra e venda, bem como de financiamento, devolução dos valores pagos e ainda indenização por lucros cessantes referentes ao período em que o veículo ficou inutilizado.

Diante do caso hipotético apresentado, comente, fundamentadamente, os aspectos jurídicos levantados acima e, em especial, os seguintes pontos:

- a) A relação jurídica referente à compra do veículo pode ser considerada de consumo?
- b) Quem é o proprietário do automóvel?
- c) É válida a cláusula de garantia por apenas sete dias?
- d) O autor faz jus à rescisão dos contratos? É devida indenização?

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

2

Durante manifestação de grupos favoráveis a determinada ideologia política, ocorreram vários excessos envolvendo esses grupos e diversas outras pessoas que apregoavam a superioridade de ideologia contrária. Esses acontecimentos conduziram a um conflito generalizado, colocando em risco a propriedade privada e a integridade física das pessoas que passavam pelo local e eram de todo estranhas a esse conflito ideológico. Como alguns dos envolvidos utilizavam armas, as forças policiais precisaram revidar, terminando por causar danos físicos a diversos profissionais da imprensa que realizavam a cobertura do acontecimento. Após o encerramento dos conflitos, o porta-voz das forças policiais, em razão dos ferimentos sofridos pelos jornalistas, informou que os referidos profissionais descumpriram, de modo cabal, a orientação recebida, no sentido de que permanecessem na área reservada à imprensa, evitando o grave risco que certamente surgiria para a sua integridade física caso deixassem o local e se aproximassem do conflito. Acresça-se que a informação do porta-voz era plenamente verídica.

À luz dessa narrativa, o candidato deve abordar, de acordo com a sistemática constitucional, a natureza e os elementos constitutivos da responsabilidade civil do Estado em relação aos atos praticados por seus agentes, bem como esclarecer, de maneira fundamentada, se essa responsabilidade deve estar presente, ou não, no caso descrito.

Valor: 15 pontos

Máximo de 15 linhas.

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 1

1

5

10

15

RASCUNHO - Prova Discursiva - Questão 2

1

5

10

15

Realização

